



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS - FAFIC
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA - DFI
CURSO DE FILOSOFIA**

MARCOS BRUNO FERNANDES

MAQUIAVEL E A RAZÃO DE ESTADO NA OBRA "O PRÍNCIPE"

**MOSSORÓ-RN
2021**

MARCOS BRUNO FERNANDES

MAQUIAVEL E A RAZÃO DE ESTADO NA OBRA “O PRÍNCIPE”

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia – DFI, da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – FAFIC, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, como um dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Josailton Fernandes de Mendonça.

MOSSORÓ-RN
2021

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

B898m Bruno Fernandes, Marcos
Maquiavel e a Razão de Estado na obra "O Príncipe". /
Marcos Bruno Fernandes. - Mossoró - RN, 2021.
37p.

Orientador(a): Prof. Dr. Josailton Fernandes de
Mendonça.

Monografia (Graduação em Filosofia). Universidade do
Estado do Rio Grande do Norte.

1. Príncipe. 2. Estado. 3. Poder. 4. Razão. I.
Fernandes de Mendonça, Josailton. II. Universidade do
Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

MARCOS BRUNO FERNANDES

MAQUIAVEL E A RAZÃO DE ESTADO NA OBRA “O PRÍNCIPE”

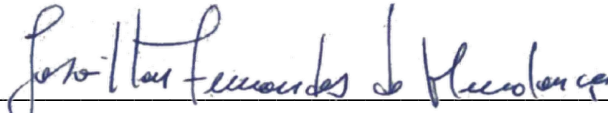
Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia - DFI, da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – FAFIC, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, como um dos requisitos para obtenção do grau de licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Josailton Fernandes de Mendonça.

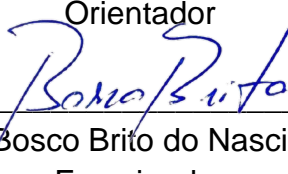
Aprovada em: ____/____/____

Conceito final: ____

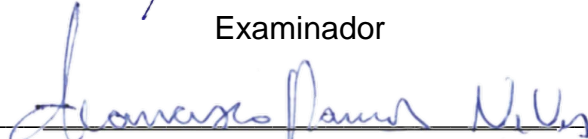
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Josailton Fernandes de Mendonça - UERN
Orientador



Prof. Dr. João Bosco Brito do Nascimento - UERN
Examinador



Prof. Dr. Francisco Ramos Neves - UERN
Examinador

Aos que são mais Sábios do que eu, meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo ao Deus de nossas vidas, por proporcionar a esse seu servo essa alegria que é a conclusão de um curso universitário.

Aos meus progenitores, Benedita Fernandes e João Teodoro, pelos ensinamentos básicos e frutíferos que pude ter no seio do meu lar e a toda a minha família pelo apoio que sempre me dão.

Agradeço com carinho aos meus professores do ensino infantil, fundamental e médio, nas pessoas de dona Rosa e Júnior. Agradeço de coração por vocês acreditarem na minha pessoa.

Agradeço também a minha casa de formação, o Seminário Santa Teresinha, na pessoa do Padre Crisanto Borges de Araújo, Padre Wauleson e a todos os formadores.

Aos seminaristas, na pessoa de Miqueias Oliveira, agradeço a todos pelo apoio.

Aos companheiros universitários, em nome de Rejane, o meu muito obrigado pelo companheirismo.

Agradeço de coração a todos os professores do departamento de Filosofia e de outros departamentos, que de forma responsável contribuíram para o meu crescimento intelectual.

Ao professor Josailton Fernandes, minha mais sincera gratidão pela grande contribuição tanto em sala quanto na orientação desse trabalho.

Enfim, a minha imensa gratidão a todos vós que de uma forma ou de outra contribuíram para que eu chegasse até aqui. Que Deus, nosso Pai, Jesus, nosso irmão, e o Espírito Santo que conduz, nos abençoe e nos guarde na longa caminhada.

*"Precisa, portanto, ser raposa para conhecer as armadilhas e leão pra atemorizar os lobos"
(Maquiavel).*

RESUMO

O presente trabalho teve como propósito fazer uma análise a respeito do pensamento do filósofo Florentino Nicolau Maquiavel. Teve como problemática mostrar que no exercício do poder político, o príncipe não pode se comprometer com valores próprios de uma ética de virtudes, pois encontra-se comprometido com razões de Estado. Aplicou-se como referência base principal a sua obra célebre, "*O Príncipe*". O início do trabalho faz uma breve apresentação da vida e obra de Maquiavel, levando em consideração que a maioria dos leitores não conhece o filósofo, momento em que são apresentadas as contribuições deixadas por ele e um pouco da sua vida social e política. Partiu-se do pressuposto sobre o príncipe, a ética e política. Dessa perspectiva da missão de ser o príncipe, percebeu-se, segundo Maquiavel, que o príncipe é capaz de tudo para se manter no poder. Tratou-se também de como a razão de Estado pode influenciar na vida do governante. Por fim, analisou-se a razão do Estado, de modo a compreender, então, a visão que Nicolau Maquiavel tem a respeito da postura do governante.

PALAVRAS-CHAVE: Príncipe. Estado. Poder. Razão.

ABSTRACT

The present work had as purpose to make an analysis about the thought of the Florentine philosopher Nicolau Maquiavel. The problem was: To show that in the exercise of political power, the prince cannot be committed to values proper to an ethics of virtues, as he is committed to reasons of state. He applied it as the main base reference to his famous work "The Prince". The beginning of the work makes a brief presentation of the life and work of Machiavelli taking into account that the majority of readers do not know the philosopher, where the contributions left by him are presented; some of your social and political life. The assumption was made about the prince; ethics and politics. From this perspective of the mission of being the prince, it was perceived according to Machiavelli that the prince is capable of everything to remain in power. It was also a question of how the reason of the State can influence the life of the governor, finally, it was analyzed the reason of the State can understand then the view that Nicolau Machiavelli has regarding the position of the governor.

Keywords: Prince. State. Power. Reason.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA OBRA “O PRÍNCIPE”, SEU AUTOR E SEU TEMPO	11
2.1 NICOLAU MAQUIAVEL, ELEMENTOS BIOGRÁFICOS.....	12
2.2 MAQUIAVEL: O TEÓRICO POLÍTICO E O FILÓSOFO PENSANDO O SEU TEMPO.....	14
2.3 OBJETIVOS E ESTRUTURA DA OBRA “O PRÍNCIPE”.....	16
3 O PRÍNCIPE: A ÉTICA E A POLÍTICA	18
3.1 O REALISMO POLÍTICO	21
3.2 O PAPEL DA LEI E DO ESTADO	24
4 RAZÃO DE ESTADO NA OBRA O PRÍNCIPE, DE 1513	26
4.1 ESTADO E PODER.....	30
5 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

O estudo busca examinar a “Razão de Estado” na obra “*O Príncipe*” (1513), de Maquiavel. Na obra, ele destaca algumas atitudes como: soberania, injustiça, poder, Estado, crueldade. De acordo com Maquiavel, em boa parte daquilo que o governante faz é necessário disfarçar; ter uma postura dissimulada para produzir uma boa impressão nas pessoas, a fim de construir uma imagem daquele que quer sempre ajudar, quer sempre ser muito bom e ajudar a solucionar todos os problemas existentes.

Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi filósofo, historiador, poeta, diplomata e músico. A sua obra *O Príncipe* foi escrita em 1513 com o objetivo de entender como deve ser o caráter de um príncipe para se manter no poder. Mas, como seria essa forma de estabilidade para conquistar seus objetivos? Como o príncipe se comporta? Como é o diálogo que se mantém com as pessoas? Essas situações vão acontecendo, pois é um desejo do príncipe se manter no poder. Sendo assim, é muito importante que o governante fique na vigilância a todo tipo de conduta, principalmente voltada para a postura daqueles que estão sob sua tutela.

A escolha de Maquiavel como pesquisa se deu porque seus pensamentos exerceram grande influência nas orientações quanto ao exercício da política em sua época e seu contexto e, depois, ajudou a alicerçar um modo de governo e a própria noção de Estado.

De acordo com o tempo de estudos, se percebeu que ainda hoje a filosofia de Maquiavel é pouco conhecida. Por isso, um dos objetivos da pesquisa foi aproximar o leitor das ideias do autor. A obra principal da história de Maquiavel, *O Príncipe*, também tem destaque importante, pois é através dela que a pesquisa se desenvolveu, fazendo uma análise da filosofia maquiaveliana.

Em vista disso, o trabalho monográfico foi dividido da seguinte maneira: no primeiro capítulo, foi feita uma análise sobre a visão que Maquiavel tem do homem. Para ele, o homem é mau por natureza, já nasce com a maldade dentro de si, e só depende dele mesmo controlar esse instinto, tema que será fundante em outra obra clássica da filosofia política, a saber, *O Leviatã*, de Thomas Hobbes.

Já no segundo capítulo, procuramos mostrar quais as relações éticas e políticas que, segundo Maquiavel, o governante deve ter para se manter no poder. A importância da ética e política nas ações do príncipe vão ajudá-lo, porque ele deve ter clareza e objetividade na sua administração. Mostramos, ainda, uma reflexão sobre o realismo e o papel das leis dentro do Estado, o que influenciaria no comportamento do governante a partir de suas ações e postura que esse governo deveria tomar para se manter à frente da província, bem como que ações deveria executar para eliminar aqueles que atrapalham seu principado.

Por fim, o capítulo terceiro procurou analisar o conceito de Razão de Estado na obra *O Príncipe*. Um detalhe que ressaltamos, é que embora Maquiavel não se refira diretamente ao conceito, ele é constitutivo da compreensão da obra do nosso filósofo. As linhas gerais do aconselhamento de Maquiavel ao príncipe pressupõem sempre a necessidade de tomar decisões em contrário a lei ordinária em benefício de muitos

2 CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA OBRA “O PRÍNCIPE”, SEU AUTOR E SEU TEMPO

Nicolau Maquiavel é o autor da obra *O Príncipe*, a qual concebeu o agir político descomprometido como virtudes éticas. A obra, que foi escrita em 1513, e através de séculos exerceu um papel fundamental na construção do Estado, no sentido de que servirá como base para fundamentar a estrutura governamental dos tempos modernos.

O contexto da obra é a Itália do início do século XVI. O País de origem do filósofo estava dividido em pequenos grupos chamados Estado republicano ou reinos, com acirradas disputas de poder. Maquiavel assumiu uma postura claramente republicana e a obra se constituiu em um guia de conduta e ação política aos governantes florentinos do século XVI.

Assim sendo, a ideia de que ao governante (no caso, o príncipe) para manter o poder deve ser bom sempre que puder, mas mal sempre que necessário ou ainda que ele deva parecer bom aos olhos dos súditos é a expressão do que Maquiavel denomina da *Virtù* do governante diante da Fortuna¹. Nesta perspectiva, aos súditos não interessava transparência do agir ético do príncipe, e a este interessava a manutenção do poder. Neste sentido, pode-se dizer que o príncipe tem ao seu lado razões que justificava o agir para manter o poder e arregimentar seu Estado.

Dessa forma, Maquiavel não está apresentando uma forma de conduta “diabólica” do governante, antes, está sendo bastante realista e prático nas suas orientações concernentes a construção do poder político.

A pesquisa foi uma leitura da obra nos termos em que ela se apresenta: um texto realista concernente ao agir político para a manutenção do poder, em que pese a falta de transparência justificada por Razões de Estado.

¹ **Fortuna** era a deusa romana do acaso, da sorte (boa ou má), do destino e da esperança. Geralmente, estava cega ou com a vista tapada (como a moderna imagem da justiça), pois distribuía seus desígnios aleatoriamente. Representa, portanto, mudanças fortuitas e frequentemente desastrosas, que são na realidade tanto inevitáveis quanto providenciais.

2.1 NICOLAU MAQUIAVEL: ELEMENTOS BIOGRÁFICOS

Nicolau Maquiavel nasceu na cidade de Florença, Itália, no dia 03 de Maio de 1469 e morreu em Florença, quando tinha 58 anos, no dia 21 de junho de 1527. O mesmo já estava inserido no contexto do renascimento, tendo vivido durante o governo de Lourenço de Médici. Seus pais, Bernardo Maquiavel e sua mãe, eram próximos a uma família nobre. Maquiavel era o terceiro dos quatro filhos do casal. Ele sempre se dedicou muito aos estudos, mesmo com os poucos recursos que tinha. Foi muito dedicado ao latim, matemática e fundamentos da língua grega antiga. Com os conceitos da antiguidade clássica, Maquiavel foi fortemente influenciado, principalmente pelo conceito de *Virtù*² e Fortuna. Ele se torna um historiador muito importante para o seu tempo.

Com 29 anos de idade, entra para a política com o cargo de Secretário da segunda Chancelaria (um dos órgãos auxiliares da senhoria encarregados das guerras e política interna). O mesmo foi responsável por observar nomes importantes da época.

Nicolau Maquiavel casou-se com Marietta di Luigi Corsim no ano de 1501. Desta relação, teve seis filhos. No final do ano de 1512, perde seu cargo, pois a república estava no fim, e no ano seguinte foi preso e torturado por conspirar contra a eliminação do cardeal Giovanni de Médici. Foi exilado, período esse que se dedicou a escrever suas obras³. Sua morte foi em Florença, no dia 22 de julho de 1527.

Niccoló di Bernardo dei Machiavelli viveu em um período do final do século XV e parte do século XVI, momento em que a Europa passava por diversas transformações econômicas, políticas e nas estruturas sociais. Como nos informa Botero (2012, p. 5), os “Reinos dessa região lançaram-se em busca de riquezas e em nome da fé cristã empreenderam navegações e explorações que resultaram na abertura de novas rotas

² *Virtù* em grego se diz *Arete*, compreendido como Virtude ou qualidade daquele dotado de força de coragem (Homero e mitologia grega). Mas, para Sócrates, a virtude era a qualidade do sábio, daquele dotado de intelecto superior, o conhecedor do bem e verdade (o filósofo). A *Virtù/arete* pode ser ensinada segundo Sócrates e Platão. Aristóteles compreende como a práxis racional orientada pelo bem supremo, a felicidade (eudamionia). Em Maquiavel, *Virtù* tem a ver com a habilidade do Príncipe/governante de manter seu principado sob controle. Neste sentido, nem é o bem supremo que orienta atitudes virtuosas, nem muito menos o intelecto, que orientam sempre na perspectiva do bem ou, no caso, da cristandade mediavel, do criador da ordem (Cosmo) ou bem absoluto. Para Maquiavel, o sujeito possuidor da *Virtù* é o que obtém êxito em obter e manter o poder.

³ Durante o exílio escreveu também “*O Príncipe*” (1513) e começa a trabalhar nos “*Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*”, em que faz uma análise da República Romana e procura nas experiências do passado uma solução para os problemas da Itália.

comerciais e no estabelecimento de intercâmbios com outros povos, marcando o início da chamada “Época Moderna”. De fato, por essa época, a ascensão burguesa deu origem a importantes mudanças⁴.

Assim, no ano de 1469, Florença estava passando por um período muito conturbado. Os que ali moravam estavam agitados, pois a família Médici, que desde 1434 estava controlando a província, já estava perdendo muitos dos seus súditos, restando poucos membros para garantir o domínio sobre o povo, pois a província também tinha um importante comércio e recursos financeiros muito elevados, mas estava começando a declinar. Como informa Bignotto (2003, p. 7),

Ao longo do século XV, Florença sofrerá uma perda real de seu antigo vigor comercial e financeiro. Muitas casas bancárias se transferiram para outras praças, em especial Lion, na França, correndo que por muito tempo fora nervo do período da cidade de sua arma mais eficaz para lidar com as cidades italianas com correntes e com papado.

Maquiavel também conhece Cesar Bórgia, que era filho de Alexandre XVI. Quando o conhece, passa a observar algumas particularidades, como por exemplo, a maneira de como agia para se tornar temível para aqueles que o escutavam, pessoas que estavam se sentindo ameaçadas pelas suas palavras, haja vista a maneira como ele se exponha acusando e condenando os outros.

É importante destacar que no ano de 1512 as tropas espanholas arrasaram a França, no período em que Maquiavel cuidava das tropas da sua cidade. Depois da humilhação, Maquiavel foi acusado de estar ao lado das tropas, sendo preso. Ao sair da prisão, foi para um sítio e tentou recomeçar sua vida.

Foi nesse contexto de desgraça pessoal que escreveu seu livro mais famoso: O príncipe. Na tentativa de mostrar que possuía conhecimentos úteis para todos os que se interessava por política, ele escolheu a forma bastante conhecida dos espelhos dos príncipes para apresentar seu trabalho (BIGNOTTO, 2003, p. 17).

⁴ Nos séculos XV e XVI, esta classe burguesa *stricto sensu* já era muito ativa e influente na maioria das cidades da Europa ocidental. Emprestava dinheiro a reis, a mercadores, a senhores feudais em dificuldades, fornecia assessores competentes para a administração do Estado monárquico, e estava envolvida em todos os negócios florescentes da época, como bancos, construção naval, abertura de manufaturas e exploração dos "novos mundos" incorporados pelas grandes descobertas marítimas (Cf. Trindade, on-line) Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado1.htm>. Acesso em: 14 maio 2021.

Maquiavel passa a escrever “*O Príncipe*”, obra essa que irá levá-lo a ser mundialmente conhecido. Obra que dedicará a Lourenço de Medici. Baseado em experiências do passado, conforme alguns exemplos que também viveu, Nicolau Maquiavel desenvolve a obra como se estivesse aconselhando como deveria ser os governantes e os príncipes, mostrando que as virtudes, compreendidas no sentido cristão, não favoreciam a pragmática arte de governar. É preciso lembrar que essa concepção de Maquiavel é revolucionária na medida em que “o cristianismo tinha grande influência, e com isso seria melhor ser bem visto na sociedade [...] O governante teria êxito se conseguisse viver de acordo com as regras defendidas pela ética cristã” (BIGNOTTO, 2003, p. 30).

Na sociedade de Maquiavel, o homem tem um desejo ambicioso em relação ao seu semelhante. As lutas eram voltadas para a posse de terra e o poder de manipular os outros. A natureza do homem na sociedade e no tempo de Maquiavel sempre se deparou com essas questões, tendo o forte desejo de possuir, o desejo de sempre ser tudo. Sobre essa questão, Barros (2010, p. 45) diz:

Porque, sempre que os homens não precisam combater por necessidade, combatem por ambição; e esta é tão poderosa no peito humano que nunca, seja qual for a posição atingida, o homem a abandona. A razão disso é que a natureza criou os homens de tal modo que eles podem desejar tudo, mas não pode obter, e, assim, sendo desejo sempre maior que o poder de adquirir, surgem o tédio e a pouca satisfação com que se possui.

O contexto de corrupção que existia no período em Florença dá ao autor da obra “*O Príncipe*” a chance de aprender muita coisa com os governantes devassos, fazendo com que através do presente e da história, possa tirar algumas conclusões.

2.2 MAQUIAVEL: O TEÓRICO POLÍTICO E O FILÓSOFO PENSANDO O SEU TEMPO

O pensamento político do filósofo e pensador Maquiavel não foi totalmente compreendido por alguns, inclusive por membros da Igreja Católica, que estavam criticando severamente tais pensamentos, dando ao filósofo uma imagem aterrorizante, dentre estas a de que as suas ideias eram as causas de coisas horríveis que teriam

acontecido, como o massacre provocado por Catarina Medici.

Lido por reis e ministro do estado, príncipes, políticos e diplomatas, doutores e homens de ação, louvado e seguido aberto ou disfarçadamente por uns e condenados sincera ou hipocritamente por outros, acusados de ateísmo, de satanismo e de crueldade, houve mesmo quem apontasse como conselheiro de César Borgia no morticínio da sinigaglia verberado como apologista do despotismo e preceptor do imoralismo político, Maquiavel veio ser, no entanto, reivindicando mais tarde por Jean Jacques Rousseau, que chamou 'o Príncipe' de 'livro dos republicanos', afirmando que seu autor, fingindo das lições aos reis, dava-as ao povos, ensinando-os a como se defender dos tiranos (SCOREL, 1979, p. 62).

O pensamento político de Maquiavel passa por algumas críticas. Sua obra “*O príncipe*”, considerada um livro curto, mas que tem muitos ensinamentos, principalmente para os dias atuais, mas muitos ainda não compreendem, e fazem comentários maldosos a respeito das ideias do filósofo contidas na obra.

O maquiavelismo não é, na verdade, nem uma doutrina nem uma teoria política elaborada abstratamente, por cujas consequências se possa com justiça responsabilizar pessoalmente Maquiavel. Segundo Scorel (1979, p. 58), o maquiavelismo é, antes, um estado de espírito que teria surgido no curso natural das coisas, mesmo que Maquiavel nada tivesse escrito.

Ao fazer essa análise, concordo com Scorel (1979, p. 78), pois acredito que podemos entender que, mesmo se o filósofo não tivesse existido, mesmo que suas ideias não tivessem sido passadas para as futuras gerações, a sociedade da época provavelmente acharia um novo jeito de compreender a política e a filosofia, pois o modelo ético cristão de fundamentar a ação política estava se exaurindo, daí,

A reação contra Maquiavel foi tanto maior quanto sua obra veio por a nu a verdadeira motivação e mecânica real da política de todos os tempos. Em grande parte, a corrente antimachiavelica não é senão, como escreveu Antônio Gramsci (61), a manifestação teórica deste princípio de arte política elementar: que certas coisas se fazem, mas não se dizem (SCOREL, 1979, p. 64).

Estava ali, diante de todos, um modelo político que seria apresentado por muito tempo por meio da divulgação e das leituras de muitas pessoas. “Entretanto, certo é que existe um maquiavelismo real e autêntico correspondendo exatamente (às ideias genuínas do secretário florentino, (à) sua técnica política, (à) sua concepção das relações

do indivíduo com o estado” (ESCOREL, 1979, p.64).

Maquiavel tem ideias revolucionárias que levaram a tomar posições políticas que chocaram a alguns de sua época. Uma interpretação mais clara e objetiva sobre a razão de Estado agora já estava começando a ficar mais explicada:

Sua justificação da força, da astúcia, da fraude, da violência, da crueldade e da conquista, quando postas a serviço dos fins do estado, subsiste intacta mesmo depois de dissipamos todas as brumas de incompreensão e removemos todas as falsas tintas com que interpretações errôneas e parciais o desfiguram através da história (ESCOREL, 1979, p. 65).

Começava, aos poucos, a desenvolver-se uma nova forma de compreender a ação política e governamental. Assim, “*O Príncipe*” pode ser considerado um manual para governantes. Cada capítulo tem sua particularidade, um recado diferente para aquele que deseja abraçar os ensinamentos contidos em toda a obra.

2.3 OBJETIVOS E ESTRUTURA DA OBRA “O PRÍNCIPE”

Certamente, os ensinamentos de Maquiavel são tão ricos que, a cada século seguinte, podem encontrar respostas para as questões políticas que são sua principal preocupação, e o mito de Maquiavel pode crescer e variar sem perder o contato com a personalidade que a inspirou. Provavelmente, é justo dizer, no entanto, que, no caso de Maquiavel, a mudança na avaliação que os estudos históricos críticos trouxeram promoveram uma ruptura particularmente radical com a imagem criada pelos séculos anteriores.

Maquiavel compôs *O príncipe* como um guia prático para governar (embora alguns estudiosos argumentem que o livro foi concebido como uma sátira e essencialmente como um guia sobre como não governar). Esse objetivo é evidente desde o início, considerando a dedicação do livro a Lorenzo de Medici, o governante de Florença (AMES, 2002).

Assim:

Como secretário, Maquiavel usufruía de grande confiança do gonfaloneiro, cargo vitalício da república, Piero Soderini (1498-1512). No entanto, em 31 de agosto de 1512, quando exércitos espanhóis derrotaram a república, Soderini se rendeu

para evitar os saques. Os partidários dos Medici se apoderam dos postos-chave da administração. Em 16 de setembro, destituiu-se o governo republicano. Nesse cenário, Maquiavel foi deposto de suas funções e ficou sem o cargo e impedido de se envolver em ações políticas. No início, acalentava esperanças de ser útil ao novo governo, pois fora um funcionário fiel e competente. Todavia, em 19 de fevereiro de 1513, seu sonho evanesceu, sendo aprisionado e torturado como um conspirador contra os Medici (OLIVEIRA, RUBIM, 2012, p. 133).

O Príncipe não é particularmente teórico ou abstrato; sua prosa é simples e sua lógica direta. Essas características enfatizam o desejo de Maquiavel de fornecer conselhos práticos e facilmente compreensíveis (CORTINA, 1995, p. 33).

Como *O Príncipe* foi publicado em 1532, após a morte de Maquiavel, ele nunca experimentou a controvérsia em torno de seu trabalho. A maioria dos primeiros leitores d'*O Príncipe* ficou escandalizada por sua mensagem e por seu desrespeito à moral e às regras éticas. Mas, com o tempo, o tratado mudou a percepção das pessoas sobre o governo. Por centenas de anos, os líderes usaram *O Príncipe* como um guia para exercer o poder político.

3 “O PRÍNCIPE”: A ÉTICA E A POLÍTICA

A grande polêmica que envolve o pensamento de Nicolau Maquiavel diz respeito as relações entre ética e política que são estabelecidas pelo pensamento do autor. Ele rompe completamente, como dissemos, com o legado ético cristão, formulando ideias de maneira absolutamente antiética com relação a tradição medieval.

Assim,

A filosofia cristã, legada pela Idade Média ao Renascimento, concebia o homem como um ser temporal, de vocação social, dotado, porém, de uma destinação extraterrena, isto é, como um ser que vive naturalmente em sociedade, subordinado à lei positiva, mas que deve, antes de mais nada, obedecer à lei natural, colocada acima da própria autoridade do Estado, e que este não deve contrariar, pois ela emana da própria lei eterna (SCOREL, 1979, p. 93).

Nicolau Maquiavel não concorda em estabelecer subordinação do Estado a valores ligados a espiritualidade, que são valores transcendentos; também não irá reconhecer que o homem possa ter direitos naturais, anteriores à constituição da sociedade, antecipando, assim, a filosofia política de Hobbes. A moral e a justiça são subprodutos sociais, nascidos do instinto de conservação e da necessidade do Estado de manter a ordem social.

As normas éticas, como também as leis positivas, a educação e a religião, são meios a que recorre o Estado para instaurar coercitivamente bons costumes na sociedade, para dirigir no sentido do bem comum o egoísmo individual ou para dar forma de moralidade e justiça à fundamental amoralidade da maioria (SCOREL, 1979, p. 95).

O que se pode ver no pensamento de Nicolau Maquiavel é que existe antagonismo entre moral e política, e, não há distinção entre moral privada e pública, pois ambas têm o mesmo objetivo que seria ajudar a comunidade, ou o bem do príncipe, na qual isso significaria o bem do Estado. Tais problemas só existiram entre moral e política quando os objetivos políticos exigirem a adoção de medidas que são condenáveis pela consciência moral, em nome de valores que transcendem a jurisdição temporal do Estado.

Observa-se a distinção apresentada por Maquiavel entre ação virtuosa e ação moral. A Ação moral é toda ação manifestamente útil à comunidade, a ação imoral é

aquela que só tem em vista a satisfação de interesses privados e egoístas. Um bom governante precisa ter uma boa *Virtù* política para permanecer no comando. O que se pode entender por *Virtù* é justamente saber analisar a sua condição ética e ter disposição firme para governar, analisar a sua atitude, como ele está se comportando diante dos problemas, seja de ordem militar ou as leis que regem a província, ter capacidade suficiente para resolver problemas relacionados a segurança do governo.

Portanto,

se acredita necessário, num principado novo, proteger-te contra os inimigos, fazer amigos, vencer seja pela força seja pela astúcia, tornar-te amado e temido pelo povo, ser seguido e respeitado pelos soldados, eliminar aqueles que podem ou devem ofender, renovar as instituições antigas por novas leis ser severo e grato, magnânimo e liberal, com a Milícia desleal e formar uma nova, contar com as amizades de reis e príncipes, de sorte que te sejam solícitos no benefício e temerosos de ofender-te, repito que não acharás a exemplos mais adequados do que nos atos do duque (MAQUIAVEL, 2009, p. 65).

Ao falar sobre *Virtù* militar nesse trecho da obra “*O Príncipe*”, se percebe que o bom governante deverá ser prudente de maneira que não venha a perder o seu principado por questões levianas. Com isso, o príncipe poderá perder o controle da província, permitindo que seus inimigos possam tomar posse daquilo que é dele e, assim, ele ficaria desmoralizado, sem nenhum benefício que possa ajudá-lo a governar. O príncipe deve manter sua postura. Embora temido, deve ser amado pelo povo, reconhecido por seus feitos, tanto pelos que convivem com ele, como por seus amigos. Manter as amizades seria sempre importante para ele, pois no momento de aflição, o príncipe poderá contar com a ajuda de outros se preciso for.

A *Virtù* para o nosso filósofo é essa capacidade de controle, a maneira de como governar, de saber dominar situações difíceis no momento certo. Cada governante deve ter força necessária para que seu governo não venha sentir fortes impactos, como ser atacado por seus inimigos. A *Virtù* militar vai ajudar muito ao príncipe a se defender do perigo, porque ao investir nas tropas e na formação de seus soldados ele vai garantir a sua segurança. Com o incentivo do príncipe feito aos militares em sua província, ele também faria com que suas tropas percebessem o papel que elas desempenham no governo. Eles se sentiriam importantes. No momento em que ele fizesse investimento

sério, procurando solucionar as dificuldades enfrentadas por suas tropas, eles também poderiam se sentir cheios de ânimo para combater qualquer situação que aparecer.

Veja um pouco sobre as ideias de virtude militar que o nosso autor escreve na arte da guerra:

[...] honrar e premiar virtude, não desprezar pobreza, estimar as disposições e os ordenamentos da disciplina militar, obrigar os cidadãos a amarem-se uns aos outros, a viverem sem facções, a estimarem menos o privado do que o público, e outras coisas semelhantes que poderiam muito bem acompanhar esses tempos (MAQUIAVEL, 1976, p. 40).

Assim, a importância da *Virtù* nesta relação entre ética e política é que na vida de um governante esta é, por vezes, muito necessária. Isto, levando em conta que o mesmo tem o dever de agir bem com toda a sociedade, de modo que todos os seus cidadãos se sintam honrados e felizes por fazer parte daquela província. Quando se tem um incentivo por parte daqueles que estão no poder, as pessoas não têm motivos para se desvirtuarem, e vai evitar também que vivam em grupos de arruaceiros ou quadrilhas. O povo aprenderia a dar valor aquilo que é oferecido pelo príncipe. Uma questão que deixa a todos felizes é quando se tem uma boa segurança e com os soldados bem disciplinados seria fácil manter a ordem e a moral.

Para tanto, a *Virtù* que Maquiavel defende não é aquela que os cristãos defendem, mas é a que faz com que o homem esteja sempre atento nas situações relativas ao poder.

Virtude ou *Virtù*, no italiano de Maquiavel, provém de *vir* que, em latim, significa homem. Assim, para o secretário Florentino, *virtù* vincula-se a valor, capacidade, determinação, energia, engenhosidade e pobreza. Dessa maneira o nosso diplomata não se refere a virtude cristã empenhada na salvação da alma, mas a virtude pagã, em que a perfeição do indivíduo conta menos que o resultado obtido (BARROS, 2010, p. 55).

Com isso, percebe-se que a virtude para Maquiavel é uma característica de suma importância para a relação de ética e política diante do governo, mesmo que seja preciso abrir mão de alguns princípios, como os cristãos. Aqui, percebe-se que a permanência no governo é algo importante. Ele não vai se preocupar em livrar a alma de qualquer espécie de perigo para perder a posição que exerce, o que mais interessa é o príncipe se manter

convicto, e ter firmeza naquilo que é mais importante, que é o seu governo. O príncipe se manteria no poder se observar com atenção a sua postura como governante, ter firmeza em suas decisões, a força de vontade, talentos, tudo para se manter no poder.

3.1 O REALISMO POLÍTICO

O pensamento de Nicolau Maquiavel é, com certeza, algo no campo da teoria política. Isso levou a algumas reações de protestos ao longo do tempo. Durante certo período, foi difundido o mito do maquiavelismo como atitude imoral, traiçoeira, astuciosa, que deveria ser repudiada. Maquiavel foi tachado por muitos de defensor da monarquia absoluta, de ateu, de pagão, e de fazer apologia ao crime. Suas ideias foram totalmente condenadas e sua filosofia foi reprovada por alguns.

Na nossa linguagem é comum escutarmos, por exemplo, a expressão maquiavélico(a) como atributo daquelas pessoas cínicas, ardilosas, traiçoeiras, que para conseguir o que quer se valem dos artifícios da mentira e da má-fé. Alguns chegam até a atribuir a Maquiavel a frase “Os fins justificam os meios”. Muitos se referem a Maquiavel como perverso ou como o próprio diabo, fazendo uma referência a seu primeiro nome. Assim, o maquiavelismo é uma representação mais acabada do mal e o mais intrigante é a força deste mito que já dura quatro séculos.

Dessa forma, os motivos pelos quais isso acontece é o fato de que Maquiavel faz parte do grupo de pensadores de quem todo mundo já ouviu falar, mas poucos conhecem o seu pensamento e as suas obras. O agravante é que os que não conhecem os seus pensamentos e obras cultivam julgamentos negativos a respeito de suas ideias, cuja origem seria o senso comum, ou apenas a leitura de apenas uma das suas obras - *O Príncipe*.

A criatividade desta mística perversa que justifica arbitrariedades e violências que vem aos poucos derrubando o pensamento maquiaveliano é resultado do desconhecimento acerca do todo de sua obra ou de uma leitura que esteja totalmente descontextualizada da mesma. Toda crítica que recai sobre o pensamento de Nicolau Maquiavel vem da interpretação e leitura da sua obra *O Príncipe* (AMARAL, 2012, p. 34).

Essas reações de repulsa acerca do pensamento de Maquiavel podem ser explicadas a partir da compreensão de duas características essenciais, que vem na contracorrente do pensamento antigo e medieval: o realismo e o estabelecimento de uma ética laica.

O realismo apresentado em sua obra vai romper com a tradição que vem da Grécia Antiga, que é a de construção de utopias políticas. Como exemplos de utopias políticas, temos "*A República*", de Platão, "*A Cidade de Deus*", de Santo Agostinho, "*A Cidade do Sol*", de Thomas Campanella, "*Utopia*", de Thomas More, "*A Nova Atlântida*", de Bacon, etc. Essas obras descrevem não como o homem deve agir ou como deve ser o governo, mas, sim, como o homem age de fato e como, efetivamente, é o governo (AMARAL, 2012, p. 55).

Maquiavel observou fatos, atentou-se ao estudo histórico da antiguidade, sobretudo na Roma Antiga. Isso leva Maquiavel a constatar que os homens sempre agiram pela via da corrupção e da violência. Antes mesmo de Hobbes, que afirmava que em estado de natureza o homem é mau, Maquiavel já constatava a propensão do homem ao mal, ao erro e, por isso, ao analisar a ação política, sua opção foi pela descrição da verdade efetiva, não se preocupando em ocultar o que se faz e não se costuma dizer.

É importante ressaltar que um dos elementos que conferem unidade a obra maquiaveliana é a concepção absolutamente pessimista do homem. "[...] é necessário que quem estabelece a forma de um Estado e promulga as suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião" (SOUSA, 2007, p. 7). Maquiavel, ao contrário de Aristóteles, diz que o homem não é um animal social, ou seja, os instintos são antissociais: egoísta, ambicioso, invejoso, traiçoeiro, feroz e vingativo, o homem só irá praticar o bem movido para a lei de sobrevivência.

A postura realista, anti-utopista, apresentada em toda obra de Maquiavel, preocupada em apresentar a "*verità effettuale delle cose*", que levaria a considerar o homem como ele realmente é, tal qual se apresenta, rompe com toda a tradição do pensamento medieval cristão (AZANHA, 2015, p. 140).

Uma segunda característica que marca o pensamento maquiaveliano é a rejeição completa ao legado ético cristão da Medievalidade e a constituição de uma moral laica de

base naturalista (AZANHA, 2015, p. 18). Isto vai levar a uma secularização da política, que provocaria um movimento de ruptura com o pensamento político medieval que vinculava política à religião, à Igreja. É por isso que ao romper estes laços da política com a religião que Maquiavel entrou para a história como o fundador da ciência política. Foi ele o primeiro pensador a tomar a política e analisá-la como uma categoria autônoma.

Essa característica é o pensamento crucial de Maquiavel, pois foi desse que surgiu outro problema: o problema entre ética e política, no qual tradicionalmente gira a controvérsia entre os defensores de Maquiavel e seus adversários.

De acordo com Amaral (2012, p. 85), Maquiavel foi acusado de ser defensor do imoralismo político posto a serviço do despotismo. Depois, esse atributo passou a ser modificado e Maquiavel passou a ser chamado de amoral por alguns considerarem que o problema moral não tinha lugar na sua concepção de política. Maquiavel é o símbolo da política pura. Se observando as posturas de Maquiavel em *O príncipe*, é possível constatar que há ética no pensamento político maquiaveliano. Essa ética seria laica, pois as ações individuais não são julgadas, mas podem pelo efeito político produzir diante de determinada situação. Essa postura é totalmente diferente, é uma postura de ruptura com a tradição cristã que se apoia na concepção de bem e mal, de justo e injusto.

Maquiavel apresenta uma ética que não admite a existência de uma hierarquia de valores *a priori*, ou seja, nossas ações são julgadas. A ética apresentada pelo filósofo analisa as ações medindo as suas consequências, seus resultados. A ação política seria julgada na função da utilidade para a comunidade. Dessa forma, a avaliação seria relativa a ação política e sua utilidade para o grupo social. Sendo assim, seria moral toda ação que busca o bem da comunidade, mas surge aqui um problema: a ética. Constituída desta forma, a partir das relações efetivas entre os homens, se poderia legitimar o recurso ao mal, da violência, da guerra, da tortura e da morte com vistas a resguardar a harmonia e o bem da sociedade. Surge, assim, críticas desfavoráveis ao pensamento de Maquiavel. Essas críticas embaçam o sentido deste pensamento, chegando a deformar o conteúdo, o que o fazem desvinculando-o da vida pessoal, como também do cenário social, político e econômico da Europa, precisamente na Itália dos séculos XV e XVI em que o autor viveu (AZANHA, 2015, p. 37; AMARAL, 2012, p. 88).

É imprescindível destacar que Nicolau Maquiavel é um político que vai escrever respondendo aos problemas políticos da sua época e do seu contexto. O cenário da Itália naquela época estava fracionado em pequenos principados e governos, tiranizada por reinantes sem tradição que tinham direitos contestáveis. Viviam em guerras internas, e ainda eram completamente vulneráveis a invasões externas. Nesta perspectiva, *O príncipe* é um verdadeiro manual para os governantes, pois contém várias sugestões de como conquistar Estados e conservá-los sob seu domínio.

Se lembrarmos [...] que tais governantes eram os Médicis, os Borgia, os Orsini, os Papas Alexandre e Júlio então teremos justificado o próprio Maquiavel, que certamente só pôs em letra de forma o que aprendera nos exemplos de tais homens, e da sua experiência na Chancelaria de Florença (SCOREL, 1979, p. 7).

Nicolau Maquiavel, no entanto, não pode ser considerado autor de uma única obra. N' *O Príncipe*, o mesmo expõe suas ideias absolutistas, em que defende a constituição de um Estado Monárquico-unitário forte, em que o poder está concentrado nas mãos de um déspota. Nos comentários sobre a primeira década de Tito Lívio e no discurso sobre a reforma do Estado de Florença, nos deparamos com outro Maquiavel. Um Maquiavel republicano, que defende a constituição de um governo com a participação do povo.

A imagem de um Maquiavel que defende o despotismo é bem conhecida, mas o Maquiavel republicano foi quase que completamente ofuscado pela repercussão de *O Príncipe*. O Maquiavel republicano emerge em um momento posterior a esse cenário de decadência e, na reestruturação do Estado, o governo é feito com a participação do povo, no qual se tem a chance de errar menos. Um povo livre de tirania é capaz de conquistar o mundo. Portanto, a melhor forma de governo para Nicolau Maquiavel, ao contrário do que a maioria de seus detratores pensa, se chama república.

3.2 O PAPEL DA LEI E DO ESTADO

O bom governante para se manter no poder deveria tomar, segundo Maquiavel, algumas atitudes que o levaria a governar bem, preservando a ordem, evitando revoluções e procurando manter a todo custo um governo estável. Neste sentido, vai

precisar de boas tropas, homens de coragem e dispostos a defender a todos e confiança no seu povo. Com uma boa base administrativa e um pouco de boa vontade, não seria difícil se manter no poder.

No entanto, caso o príncipe saiba como mandar e seja alguém de coragem, que não desanime nas aventuras, tome todas as preocupações e tem inspirado, pelo próprio mérito e pela conduta, confiança no povo, nunca será enganado por ele, e há de constatar que seus alicerces estão reforçados (MAQUIAVEL, 2009, p. 76).

Por algum tempo, um governante pode tranquilizar o povo com seus discursos, com suas leis, desenvolvendo o papel importante que as leis executam no Estado, isso é fato. Com as velhas promessas e todo um falatório repetitivo, chega um momento em que aqueles que estão ouvindo não toleram mais o mesmo discurso, e então começam a surgir a preocupação da maioria dos que estão no poder, os quais terão que enfrentar a realidade do povo insatisfeito. Uma vez que o povo cansa, revoluções podem vir a ocorrer a fim de solucionar o que ficou só na promessa.

Da mesma forma que o príncipe é temido, e suas ordens são obedecidas pelo povo por causa da religião, assim também ele pode correr o risco de perder o domínio do povo caso não professe sua convicção religiosa. O povo vai com sua crença, se ele está vivendo a paz de maneira correta, se não é apenas um fingimento para manter-se no poder e assim ganhar a confiança do povo. O papel das leis e do Estado devem ser cumpridos, pois a maioria do povo professa a religião com sinceridade, como mandam suas respectivas leis.

Daí a necessidade da lei (e das sanções) como elemento educativo na sociedade, fazendo com que o próprio indivíduo sacrifique seu egoísmo em função da observância dos interesses do grupo social a que pertence, a ponto de conceber como bem próprio o bem coletivo.

4 RAZÃO DE ESTADO NA OBRA “O PRÍNCIPE”

Inicialmente vamos esclarecer o que é a “Razão de Estado” no contexto histórico da obra. Consideremos, para tanto, que embora Maquiavel tenha oferecido as bases para a construção do conceito, foi Giovanni Botero o grande difusor do conceito⁵.

A literatura da filosofia política é ampla em nos informar que na Idade Média construiu-se a imagem do governante como o responsável pela ordem jurídica, de modo que dentre seus vários atributos constava o de preservar o conjunto de normas que regulavam o espaço público de seu domínio. Igualmente comum na literatura histórica, é o conhecimento de que o rei estava submetido às leis divinas e naturais, de modo que a figura do governante como o grande responsável pela ordem jurídica, na verdade, se compreendia como o daquele que obedecia e efetivava na ordem social os preceitos da lei divina e natural (BERCOVICI, 2005, p. 90).

A partir do século XII, por ocasião do surgimento dos Estados Nacionais, o governante, aos poucos, começa a ganhar autonomia como legislador, tendo autoridade para suprimir o direito desde que justificado pela justa causa (BERCOVICI, 2005, p. 67).

Assim,

[...] começa a ser esboçada a concepção de uma razão política, uma urgência de grau superior que o príncipe deve realizar - necessária por se vincular à proteção do governo e de seu próprio poder, e por isso elevada a uma instância maior -, que justificaria o uso da dissimulação ou outras ações anteriormente injustificáveis (GONÇALVES, 2019, p. 81).

Contudo, quando Botero (1992) define Razão de Estado e em resposta a imoralismo de Maquiavel, ele explica o seguinte:

Estado é um domínio firme sobre os povos e Razão de Estado é o conhecimento de meios adequados a fundar, conservar e ampliar um Domínio deste gênero. Na verdade, embora, falando em absoluto, ela abranja as três partes supracitadas, parece, contudo, dizer mais estritamente respeito à conservação do que às outras, e, das outras, mais à ampliação do que à fundação. Isso porque a Razão

⁵ A Razão de Estado é uma obra do jesuíta italiano Giovanni Botero. O livro popularizou o termo Razão de Estado e tornou-se um 'best-seller' político, passando por várias edições e traduções para o espanhol, latim e francês no final do século XVI e no século XVII. O livro foi publicado pela primeira vez em Veneza em 1589 e é mais notável por criticar os métodos de política associados a Maquiavel e por apresentar a economia como um aspecto da política (cf. GONÇALVES, 2019).

de Estado pressupõe o Príncipe e o Estado (o primeiro como artífice, o segundo como matéria) e não pressupõe a fundação, que antes a precede completamente, nem a ampliação, que ela precede em parte [...]. E embora tudo o que se faz pelas supracitadas razões se diga fazer-se por Razão de Estado, contudo isto se diz mais daquelas coisas que não podem ser reduzidas a razão vulgar e comum (BOTERO, 1992, p. 76).

Dois aspectos se destacam na definição de Botero: primeiramente, trata-se de uma definição que responde ao “*O Príncipe*” e, depois, o conceito é compreendido em termos de conservação antes que fundação ou conquista, o que distancia a compreensão de Botero da que se encontra implícita no texto maquiaveliano. Passemos então a análise do conceito o qual Maquiavel nunca se referiu diretamente na obra que estudamos nesta pesquisa, ainda que, como dissemos, está a todo tempo pressuposto.

Na obra *O Príncipe*, Maquiavel procura demonstrar a crença de que o governo é uma arte independente em um mundo imperfeito, ou seja, em um mundo desordenado, de modo que o governo não partilha das mesmas regras morais que o indivíduo. Neste contexto, ao governante se exige praticidade no sentido de ser capaz de se ajustar ao dinamismo do cenário dia a dia (AMADEU JR. 2019, p. 110). É certa que a exigência da ordem em um mundo em desordem é a única regra que importa ao príncipe. Neste sentido, uma administração pública estável por parte do príncipe deve ser fundada, além da *Virtù* e fortuna, naquilo que será chamado de “Razão de Estrado”. Com efeito, de acordo com Meinecke (1957, p. 29, tradução nossa), Maquiavel, “[...] por toda sua vida esteve limitado por um propósito supremo definido para o Estado. E, da mesma forma, toda sua forma política de pensar é nada mais que um processo contínuo de pensar sobre a razão de Estado”.

Assim, para Maquiavel (1976, p. 103).

Deve-se compreender que um príncipe [...] não pode praticar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, uma vez que, frequentemente, é obrigado, para manter o Estado, a agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião.

Daí concluindo que:

[...] nas ações de todos os homens, em especial dos príncipes, onde não existe tribunal a que recorrer, o que importa é o sucesso das mesmas. Procure, pois, um príncipe, vencer e manter o Estado: os meios serão sempre julgados honrosos e por todos louvados (MAQUIAVEL, 1976, p. 103).

Desta forma, o príncipe, diferente dos homens, tem todo o aval para que possa agir sem nenhuma restrição quando o objetivo em frente for a manutenção do seu poder e do Estado.

Segundo algumas regras de manutenção do Estado, Maquiavel irá nos apresentar uma apologia da mentira, quando essa é útil ao governo. Na selva humana do estado de natureza, onde o homem é o lobo do homem, o autor aponta que um príncipe prudente deve, quando lhe for conveniente, contrariar a palavra dada colocando acima de tudo e de todos os seus próprios interesses. Justifica Maquiavel (1976, p. 102) que: “se todos os homens fossem bons, este preceito (a mentira) seria mal; mas, porque são maus e não observariam a sua fé a teu respeito, não há razão para que cumpras para com eles”. Em concordância absoluta com a máxima política de Luís XI, conclui Maquiavel (1976, p. 102), sobre o uso da mentira pelo príncipe que “[...] é necessário saber bem disfarçar esta qualidade e ser grande simulador e dissimulador”. O uso de tais tipos de ação estratégica e ardilosa, para Maquiavel, é perfeitamente legítimo por parte do príncipe, pois acordos e tratados firmados entre governos somente dependem da palavra dos príncipes, e, segundo o autor, costumeiramente são quebrados e traídos.

De forma semelhante se dá o discurso de Maquiavel acerca do uso da crueldade, como apenas mais um puro meio de se atingir determinado fim, a crueldade é despida pelo autor de qualquer conotação moral ou ética, preocupado unicamente com sua utilidade. Ao dividir a crueldade em duas formas, as “bem utilizadas” e as “mal utilizadas”, afirma o filósofo:

Bem usadas pode-se dizer serem aquelas [...] que se fazem instantaneamente pela necessidade do firmar-se no poder, e, depois, nelas não se insiste, mas, sim se as transformam no máximo possível de utilidade para os súditos; mal usadas são aquelas que, mesmo poucas a princípio, com o decorrer do tempo aumentam ao invés de se extinguirem (MAQUIAVEL, 1976, p. 52).

Apesar de ignorar algumas ações do príncipe, uma regra muito importante compartilhada com a razão de Estado, movendo as ações do príncipe maquiaveliano é a necessidade. Um artifício de que faça uso o príncipe, por mais agressivo e nocivo que

seja às partes afetadas, visa exclusivamente o bem do povo, através, é claro, da manutenção da salubridade do Estado.

No capítulo XVIII da obra *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel, o autor nos apresenta a diferenciação de dois modos de se lutar com vistas a algum objetivo: o modo dos homens e dos animais. Segundo Maquiavel o primeiro se caracterizaria pela utilização das leis, criação humana. O segundo, pelo uso da força. Nas palavras do filósofo, “como o primeiro modo [de ação, as leis] muitas vezes não é suficiente, convém recorrer ao segundo [o uso da força]”. Com efeito, “[...] é necessário ser uma raposa para descobrir as armadilhas e um leão para aterrorizar os lobos” (MAQUIAVEL, 1976, p. 101). Portanto, o príncipe deve conciliar as duas naturezas em vista do contexto e do caso que a situação exigir.

Nota-se que as duas naturezas estão relacionadas e, de certa forma, explica a ideia de “Razão de Estado”, a saber, conservação e conquista, ainda que Maquiavel ressalte a segunda. Isso pode ser visto na forma como ele justifica a necessidade da guerra: “Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem tomar qualquer outra coisa por fazer, senão a guerra e a sua organização e disciplina, pois que é essa a única arte que compete a quem comanda” (MAQUIAVEL, 1976, p. 84).

Assim, o príncipe deve ser adequado conhecedor da guerra, pois aquele que não lida com maestria nesse campo, a todo instante tem seu poder ameaçado. Mais adiante, ele insiste:

[...] vê-se que, quando os príncipes pensam mais nas delicadezas do que nas armas, perdem o seu Estado. A primeira causa que te faz perder o governo é negligenciar dessa arte [a guerra], enquanto que a razão que te permite conquistá-lo é o ser professo da mesma (MAQUIAVEL, 1976, p. 85).

Neste sentido, aquele que se preocupa mais com outros assuntos, e menos com a guerra, coloca em risco seu próprio poder. Deve o príncipe, portanto, atentar, acima de tudo, à sua segurança e a de seu Estado.

4.1 ESTADO E PODER

Para bem governar e se manter no poder, o príncipe vai precisar saber compreender bem o Estado e o poder. Podemos perceber o quanto o príncipe pode ter sucesso em seu governo se souber controlar bem a política e o poder, quantas coisas ele vai adquirir para ele usando o seu poder soberano, bem como o quanto elas vão ajudar a mantê-lo no poder. Sua vida será tranquila na medida em que ele impera sobre a província, evitando conluio contra ele.

Percebemos que para lidar com a política, um príncipe vai precisar conter algumas ações. Ele não pode ser uma pessoa inconstante, vai precisar manter sua palavra para não perder a credibilidade. Seus atos terão que ser muito bem pensados, para que não faça as coisas com precipitação. E se ele não refletir antes de agir, terá serias consequências, pois pode colocar em risco o seu principado, principalmente, quando muitas destas ações põem em parênteses as leis e costumes vigentes, sob a justificativa de preservação ou conquista estatal. Em vista disto, uma coisa que é bastante ruim para um príncipe que se lança na política é a falta de decisão. Fica muito difícil quando não se sabe o que se quer, e a indecisão acaba afastando as pessoas, pois ninguém vai querer estar ao lado de uma pessoa que não tem coragem para se decidir (BATH, 1989, p. 77).

De fato,

Quando os ricos percebem que não podem resistir ao povo, unem-se, exaltando um dos seus e fazendo o Príncipe, de modo a poder perseguir seus próprios a sombra na autoridade soberana. O povo, por outro lado, quando não pode resistir às aristocratas, procura exaltar e criar um príncipe que o proteja com sua autoridade (BATH, 1989, p. 31).

O príncipe, para ter sucesso na política, precisará da confiança do povo. É importante que saiba seduzir os seus aliados, pois é garantindo isso que o governante vai ganhar a confiança de todos e vai estar pronto para se proteger das armações daqueles que não querem ver o seu êxito. Também há na sociedade aqueles que se combinam para prejudicar o príncipe, os quais na maioria das vezes promovem calúnias e acusações que são de diversos tipos, como acusar de roubo ou outras coisas, e com essas calúnias que são levantadas, eles apostam no fim da carreira política daquele governante. Por isso, é muito importante ganhar a confiança do povo, porque ele sabe

que a esperança que depositam nele é muito grande, pois a província precisa de alguém que os proteja, e se ele faz isso bem, não vai ter quem se levante para protestar contra o seu poder.

De acordo com Maquiavel, o invejoso se sente incomodado quando vê o príncipe tendo sucesso em seu governo. Por isso que ele trama tantas coisas ruins, para que o povo não acredite na credibilidade e administração do príncipe. Por outro lado, se o príncipe tem a consciência que está cumprindo com todos seus deveres, dando segurança à província, garantindo o bem-estar de todos, protegendo os marginalizados, não terá com o que se preocupar em relação às tramam produzidas contra ele, porque o príncipe estará protegido pelas leis que regem a província, e se ele está agindo de maneira correta não será punido.

Tendo a ajuda dos amigos, ele estará garantindo a sua permanência no poder, pois ao se destacar como um bom administrador na província, vai ganhar confiança de muitos, e isso é bom, pois quando os que são contra o seu governo se levantarem contra ele com ofensas, o povo vai defendê-lo. E se o príncipe for amado pelo povo, aí não tem quem tenha coragem de fazer nenhum ato de manifesto contra o seu poder.

Assim, o bom político, na maioria das vezes, não terá êxito por ser portador de uma conduta moral implacável e excelente, mas por entender os mecanismos particulares da política, principalmente a regra segundo a qual as pessoas julgam mais pela aparência, não se importando tanto com a essência moral da atitude *Principesca*, mas tão somente com o resultado alcançado pelo governante em prol do interesse público (BARROS, 2010, p. 60).

Percebemos que o príncipe deve trabalhar em função do povo de sua província, pois esse ficará muito agradecido quando for beneficiado por ele. O povo tende a gostar muito quando o seu superior faz uma administração que agrada, principalmente quando é em favor dos mais necessitados, pois são geralmente essas pessoas que servem com mais fidelidade ao príncipe para agradecer tudo aquilo que ele faz em favor deles. Embora tudo isso que o príncipe está fazendo é unicamente para passar uma imagem de cumpridor de seus deveres, uma vez que na verdade o que ele quer é se manter governando. Mas é importante para um príncipe ganhar confiança dessas pessoas, pois elas serão o motivo de sua permanência na política. Em troca de favor, o governante ganhará o direito de permanecer no poder.

O governante deve manter a aparência frente aos súditos, no sentido de transparecer aquilo que o público imagina que ele seja: correto, bom atingindo um certo grau de perfeição. Considerando o que ele tem como objetivo consolidar-se no poder, a aparência é indispensável para adquirir confiança junto ao povo, portanto as suas atitudes são uma espécie de espelho em que o reflexo poderá ser positivo ou negativo conforme segue (ENGELMANN, 2005, p. 65).

Se o príncipe não for um bom administrador, ele terá que disfarçar muito bem para que o povo não perceba, uma vez que caso comecem a ser percebidas as fraquezas, o príncipe poderá não ter muito sucesso politicamente, já que as pessoas vão descobrir a máscara dele. A partir daí, então, será sua ruína, pois chegará ao conhecimento de todos que ele só está ali pelo poder.

Então, para que isso não venha a acontecer, o príncipe deverá ficar atento, tomar cuidado para não perder a sua postura e ter a consciência de que o povo é muito atento, e qualquer deslize que ele venha a cometer será fatal para sua vida política. Por isso que ele tem que estar muito bem preparado para não se contradizer com o que diz e com as suas ações, pois se ele faz uma coisa e diz outra, logo perderá a sua credibilidade. Com isso, ele deverá tomar muito cuidado e fazer uma reflexão sobre o seu papel no principado.

Dessa forma, o governante é julgado pela aparência, por aquilo que ele dá a impressão de ser, pelo que é demonstrado em suas ações, em seu comportamento com relação a integridade e a moral, A partir daí tais comportamentos aparentados e percebidos pela sociedade como um todo, serão emitidos juízos, os quais rendem reputação ou reprovação. Maquiavel salienta que os homens julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, ou seja, a partir do momento que os olhos percebem como consequência ocorre um julgamento (ENGELMANN, 2005, p. 68).

Como podemos ver, o governante tem que estar bem atento ao que vai fazer em relação as suas atitudes, porque ao se lançar na política ele estará dando todo o direito para que o povo cobre dele o seu dever de administrador, e ele tem a certeza de que se não governar corretamente para o bem comum poderá perder o seu governo, o que justifica agir, muito vezes, em contrário da razão ordinária que muitas vezes privilegia alguns em detrimento de muitos.

Para Maquiavel, então, somente um príncipe equilibrado consegue manter-se no poder, de tal modo que suas atitudes e ações em defesa dos outros e em benefício da maioria consegue manter a ordem.

5 CONCLUSÃO

Àqueles que deste texto tomar conhecimento e dedicar um tempo para a leitura, apresentamos uma breve introdução acerca da Razão de Estado a partir da filosofia de Nicolau Maquiavel.

Com o presente trabalho, apresentamos uma leitura possível da obra *O Príncipe* na perspectiva do conceito de Razão de Estado. Esta leitura não é a única possível, contudo, é certamente um viés muito importante na compreensão da obra, pois o conceito é orientador da concepção de governo e da ação do governante em Maquiavel. Prova disso é o longo debate sobre a temática levada adiante por Botero (1992) em sua obra “Razão de Estado”.

Realmente, o nosso filósofo esclarece que para governar é preciso atuar de maneira que em cada ação o príncipe possa executar com clareza a conquista e a manutenção do poder. Assim, a dissimulação, a crueldade, a mentira, a guerra, só encontram justificativa nesta “Razão de Estado”, nesta suspensão das leis e da moralidade individual em prol da aquisição e manutenção de seus domínios.

Claramente, uma leitura enviesada da obra serviria apenas para caricaturar a figura e a tese de Maquiavel no texto estudado, pois, ao examinarmos na perspectiva da “Razão de Estado”, encontramos a genialidade do florentino. Percebendo muito bem a tensão social crescente do seu tempo, Maquiavel foi capaz de sistematizar com singular realismo uma filosofia política inovadora, a qual avançará na reflexão filosófica posterior.

Se aos homens escapa as virtudes cardeais, e se as virtudes teologais lhes destinam aos céus, o que resta ao governante na terra para garantir o justo ordenamento, o direito e a justiça, senão agir de modo prático em benefício de muitos que estão sob sua gestão? O conceito de “Razão de Estado” inocenta o príncipe da acusação de maquiavelismo.

É bem verdade que esta pesquisa não se encerra aqui, pois há muito o que analisar na esfera política, sobretudo nas formas de governo (boas e degeneradas) apresentadas pelo filósofo. O estudo deve ser constante a fim de encontrar o modo correto de fazer uma política a favor de todos

Concluimos afirmando que, após os estudos sobre Nicolau Maquiavel sobre a política, razão de Estado e poder, cria-se em nós a compreensão de que o homem deve voltar o seu olhar para as necessidades de todos e fazer da política um instrumento para garantir o bem e a felicidade de seu povo.

REFERÊNCIAS

- AMADEU JUNIOR, Celso Antonio. **Revisitando Maquiavel**: as interpretações da teoria política do secretário florentino (Séc. XVII à XX). Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP, 2019.
- AMARAL, Márcia do. Maquiavel e as relações entre ética e política. **Ensaio Filosófico**, Volume VI - Outubro/2012.
- AMES, José Luiz. **Maquiavel**: a lógica da ação política. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- AZANHA, Rosângela. **Maquiavel e as relações entre ética e política na sala de aula do nível médio**. Monografia. UFPR, Curitiba, 2015.
- BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 lições sobre Maquiavel**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BATH, Sergio (Org.). **O príncipe e dez cartas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.
- BERCOVICI, Gilberto. **Soberania e constituição**: para uma crítica do constitucionalismo. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BOTERO, Giovanni. **Da razão de Estado**. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.
- BOTERO, Giovanni. **Comentários sobre “O Príncipe de Nicolau Maquiavel**. 1.ed. Trad. Veloso Filho. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.
- CORTINA, Arnaldo. As condições históricas de produção de O Príncipe de Maquiavel e sua organização discursiva. **ALFA**: Revista de Linguística, v. 39, 1995.
- ENGELMANN, Ademir. **Maquiavel: secularização, política e natureza humana**. Dissertação. PUC- SP, São Paulo, 2005.
- ESCOREL, Lauro. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel**. Brasília: UNB, 1979.
- GONÇALVES, Eugênio Mattioli. Sobre a Razão de Estado clássica e seus estudos recentes. **SOFIA**, Vitória (ES), v.8, n.2, p.80-92, jul./dez.2019.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Nova Cultura, 2009. (Os pensadores).
- MEINECKE, Friedrich. **Machiavellism**: the doctrine of raison d’Etat and its place in modern history. London: Routledge and Kegan Paul, 1957.
- OLIVEIRA, Terezinha; RUBIM, Sandra Regina Franchi. Reflexões sobre a influência de Maquiavel na educação e na formação do Estado Moderno. **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, p. 131-156, 2012.

SOUSA, Ricardo Luiz. Maquiavelismo: teoria e o adjetivo. **Revista de História e Estudos Culturais**. v. 4; ano 4: n 4; out/nov, 2007.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Anotações sobre a história social dos direitos humanos**. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado1.htm>
Acesso em: 14 maio 2021.